



ASFIA/RJ

ASFIA

Informativo da Associação dos Servidores da Fundação para a Infância e Adolescência

www.asfia.org.br

FUNDADA EM 21 DE OUTUBRO DE 1981

ANO IX - Nº XXI - JULHO 2017

LUTA SEM FIM!

Servidores públicos são traídos por 39 deputados. Confira quem votou a favor do aumento da alíquota previdenciária e obedeceu as ordens do governador Pezão e do presidente da Alerj Jorge Picciani. A guerra ainda não acabou. Vamos fazer uma campanha para que esses traidores do povo não se reelejam em 2018

Anderson Sanchez



Editorial

Renovação na Política



Luis Gustavo / Alert

A mobilização de parte dos servidores públicos estaduais não foi suficiente para impedir a aprovação da maior parte do Pacote de Maldades. O governador Luiz Fernando Pezão conseguiu aprovar o aumento da alíquota previdenciária dos servidores de 11% para 14% com a ajuda de 39 deputados. O jornal da ASFIA traz as fotografias de cada um desses deputados para que fiquem na memória dos leitores. O objetivo é realizar uma campanha no reduto eleitoral de cada um deles e inviabilizar a reeleição desses parlamentares. Eles venceram algumas batalhas, mas não a guerra. O último

e decisivo embate se dará nas Eleições em 2018. O efeito cascata que afeta o Serviço Público estadual atinge de forma avassaladora a FIA (Fundação Para a Infância e Adolescência). A Associação se reuniu com a presidente da Fundação e as notícias são cada vez piores. Essa edição também traz detalhes desses encontros, a participação da ASFIA nas diversas manifestações e a opinião dos nossos diretores sobre o contexto político atual.

Boa leitura!

E não se esqueça de também fazer a sua parte.

A Associação são vocês.

ATRASSO NO JORNAL

As tarefas, os compromissos e os problemas de logística da Diretoria da ASFIA em virtude do envolvimento em torno das reuniões do MUSPE (Movimento Unificado dos Servidores Públicos do Estado) impediram que o JORNAL da ASFIA chegasse às mãos dos associados antes do dia 28 de junho, data da Assembleia Geral para as Eleições 2017.



PARTICIPE!

Associado, queremos a sua opinião. Envie para a ASFIA, cartas ou emails criticando, elogiando ou dando sugestões. Elas deverão ter nome e matrícula do associado.



CNPJ 31.887.300/0001-68
Sede: Av. Marechal Floriano, 199
Sala 901 - Centro - Rio de Janeiro / RJ
CEP: 20.080-005

Sub-sede:
Rua Voluntários da Pátria, 120
Botafogo - Rio de Janeiro/RJ
CEP 22260-010
Tels: 2527-2568 - 2266-0331
Email: asfia@oi.com.br
Site: www.asfia.org.br

ROGERIO DE SOUZA FERNANDES
Diretor Presidente

CARLOS ALBERTO DIAS
(Gilberto Borel)
Diretor Vice-Presidente

EUNICE GOMES AYRES
Diretor Secretário

TEREZA CRISTINA DA CONCEIÇÃO
Diretor Vice-Secretário

MARIA TERESINHA PINTO DA SILVA
Diretor Tesoureiro

JUARENS GONÇALVES PERES
Diretor Vice-Tesoureiro

JARA REGINA OLIVEIRA DA FONSECA
Diretor de Comunicações e Imprensa

CLARA CLARICE DA COSTA TIMBO
Diretor Sócio-Cultural

LUCIA PEREIRA COELHO
Diretor de Formação Sindical

CECÍLIA DE LIMA COSTA
Diretor de Esporte e Lazer

NEUSA BRITTO
Diretor de Administração

CONSELHO FISCAL

MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA
Membro Eletivo

MARLENE PEDRO RISCADO
Membro Eletivo

CARMEN ELIZA LIMA SOARES
Membro Eletivo

PAULO DE ALCÂNTARA PESSÓA
Suplente

ANDERSON SANCHEZ
Jornalista Responsável
IP27896-RJ

Jorge Marcos
Diagramação: 99666-4491

Tiragem
2 mil exemplares

Impressão
Gráfica MEC

O informativo é produzido pela
S&M Editora
www.semeditora.com.br

Atendimento e Reuniões
Terças, quartas e quintas-feiras

Pacote de Maldades 2

Peção esmaga servidores com aprovação das contrapartidas para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal do Governo federal

O Governo do Estado reenviou o Pacote de Maldades, que foi rejeitado em parte no ano de 2016, para ser aprovado na Alerj (Assembleia Legislativa). Usando como argumento a crise financeira, o governador Luiz Fernando Pezão mira e atinge os servidores públicos para obter ajuda do Governo federal. Segundo o Governo estadual, atender contrapartidas seria a única forma de pagar em dia sem precisar demitir.

O MUSPE (Movimento Unificado dos Servidores Públicos) voltou a protestar no primeiro dia de trabalho no legislativo fluminense, que voltou a ser uma praça de guerra. No dia 1º de fevereiro, pelo menos quatro mil pessoas participaram da manifestação. Dentro da Alerj, o deputado Jorge Piciani (PMDB) foi eleito presidente do parlamento pela sexta vez.

Já do lado de fora, após a tentativa de derruba-



fotos Anderson Sanchez



da da cerca que protege a Assembleia, o Batalhão de Choque da Polícia Militar avançou contra os manifestantes usando bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e munição menos letal. Os servidores recuaram até a Avenida Rio Branco, onde um ônibus foi incendiado. Caçambas de lixo também serviram como barricadas e algumas foram incendiadas. Pelo menos duas agências bancárias foram depredadas.

No dia 9 de fevereiro não foi diferente. Os deputados apreciaram os vetos do Poder Executivo antes de começar a discutir o Projeto de Lei que entregava a Cedaee (Companhia Estadual de Águas e Esgotos) para ser privatizada pelo Governo federal.



BATALHA

A tática Black Block, que conta com dezenas de jovens, acendeu rojões em direção ao Batalhão de Choque da Polícia Militar por volta das 15h30. A tropa reagiu usando bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e munição menos letal. Os manifestantes recuaram até a Avenida Rio Branco e cercaram um grupo da Tropa de Choque na Rua da Assembleia. O material não-letal dos policiais acabou e acudados começaram a disparar com o próprio armamento. Uma agência do Banco Santander também foi depredada. O confronto durou a tarde toda.

Deputados estaduais da base do Governo rejeitaram emendas e anteciparam a votação para aprovar a privatização da Cedae no dia 20 de fevereiro. A Alerj aprovou por 41 a 28 votos o texto-base do projeto de lei 2.345/17, que autoriza o uso das ações da Cedae para viabilizar um empréstimo de R\$ 3,5 bilhões da União.

Uma reunião do Colégio de Líderes na parte da manhã discutiu as 211 emendas ao projeto original, mas não houve acordo. As seis comissões responsáveis por dar pareceres ao texto rejeitaram todas as alterações propostas.

Manifestantes fizeram uma passeata até a sede da Cedae onde teve confronto com a Poli-



cia. Dezoito manifestantes foram detidos e encaminhados para Delegacia. A Lei foi sancionada no dia 8 de março. A Cedae é a estatal mais lucrativa do Rio, com retorno de lucro líquido na casa de 1,5 bilhões de reais.

O presidente da Alerj, Jorge Picciani, disse após a aprovação da venda da Cedae que o restante do pacote de austeridade fiscal só será votado se os salários atrasados fossem pagos.

VEJA OS DEPUTADOS QUE VOTARAM A FAVOR DA VENDA DA CEDAE

Ana Paula Rechuan.....	(PMDB)
André Ceciliano.....	(PT)
André Correa.....	(DEM)
Aramis Brito.....	(PHS)
Átila Nunes.....	(PMDB)
Benedito Alves.....	(PRB)
Carlos Macedo.....	(PRB)
Chiquinho da Mangueira.....	(PTN)
Comte. Bitterncourt.....	(PPS)
Coronel Jairo.....	(PMDB)
Daniele Guerreiro.....	(PMDB)
Dica.....	(PTN)
Dionísio Lins.....	(PSL)
Dr. Gothardo.....	(PP)
Edson Albertassi.....	(PMDB)
Fábio Silva.....	(PMDB)
Fatinha.....	(SDD)
Marcos Figueiredo.....	(PROS)
Filipe Soares.....	(DEM)
Geraldo Pudim.....	(PMDB)
Gil Viana.....	(PSB)
Gustavo Tutuca.....	(PMDB)
Iranildo Campos.....	(PSD)
Jânio Mendes.....	(PDT)
João Peixoto.....	(PSDC)
Jorge Picciani.....	(PMDB)
Marcelo Simão.....	(PMDB)
Márcia Jeovani.....	(DEM)
Marcos Abraão.....	(PT do B)
Marcos Miller.....	(PHS)
Marcus Vinícius.....	(PTB)
Milton Rangel.....	(DEM)
Nivaldo Mulim.....	(PR)
Paulo Melo.....	(PMDB)
Pedro Augusto.....	(PMDB)
Rafael Picciani.....	(PMDB)
Renato Cozzolino.....	(PR)
Rosenverg Reis.....	(PMDB)
Tia Ju.....	(PP)
Zé Luiz Anchite.....	(PP)
Zito.....	(PP)

Pezão e Dornelles são cassados pelo TRE



O TRE (Tribunal Regional Eleitoral) decidiu, no dia 8 de abril, pela cassação da chapa Pezão-Dornelles por três votos a dois. Uma ação do deputado Marcelo Freixo (PSOL) acusava o governador Luiz Fernando Pezão e o vice-governador Francisco Dornelles de abuso de poder econômico. Eles teriam concedido benefícios financeiros a empresas por terem efetuado doações para a campanha. O governador vai recorrer ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

O Regime de Recuperação Fiscal dos Estados foi aprovado no Senado e sancionado pelo presidente Michel Temer no dia 19 de maio. Mas o Governo federal não assinou a adesão ao regime de Recuperação Fiscal com o Rio de Janeiro sem que as outras contrapartidas fossem aprovadas.

Ocorreram novos protestos entre março e junho. Além da Alerj e o Palácio Guanabara, houve manifestações no TCE (Tribunal de Constas do Estado) e Copacabana Palace (veja a página 8).

O presidente da Alerj, Jorge Picciani, solicitou uma licença médica para tratar um câncer na bexiga e o deputado André Ceciliano (PT) assumiu a presidência e colocou as contrapartidas na pauta de votação. No dia 23 de maio, a Assembleia prorrogou o estado de calamidade pública financeira que acabaria no dia 31 de dezembro de 2017 para o último dia de 2018. O placar foi 37 votos a favor e 26 contra.

Segundo o subsecretário de Fazenda e Planejamento, Luiz Claudio Gomes, que esteve presente na reunião entre os líderes dos partidos que aconteceu antes da votação, sem a prorrogação o Rio teria que demitir 110 mil servidores ativos a partir de janeiro de 2018.

No dia seguinte, com a presença surpresa do presidente Jorge Picciani, os deputados aprovaram o projeto de lei mais polêmico do Pacote de Maldeães, o aumento da alíquota previdenciária de 11% para 14%.

O aumento da previdência vai atingir 213 mil servidores ativos, 53 mil aposentados e 15 mil pensionistas. Ao todo, 281 mil. No caso dos inativos e pensionistas é o grupo que recebe acima R\$ 5.531,31.

A Alerj autorizou ao Governo do Estado a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal no dia 6 de junho com 50 votos favoráveis e nove contra. Emendas garantiram direitos adquiridos como trênsios e licenças especiais. No dia seguinte, aprovou também a mudança nas regras para pensão dos servidores. Ficaram de fora os profissionais da área da Segurança. A concessão de pensões vitalícias foi limitada apenas a cônjuges ou parceiros maio-

res de 44 anos e com pelo menos dois anos de casamento ou união estável.

O governador sancionou a Lei no dia 12 de junho e chegou a divulgar que pagaria todos os salários em 30 a 45 dias. Porém, quando foi à Brasília não conseguiu que a União homologasse o Termo de Recuperação Fiscal. A última exigência era a aprovação do projeto de lei com o teto de gastos dos poderes no Estado.

O presidente da Alerj, Jorge Picciani, chegou a criticar duramente ao governador em entrevista à rádio CBN. Ele cogitou impeachment ou intervenção federal caso o salário dos servidores não fosse quitado em 15, 20 dias.

No mesmo dia, 22 de junho, o governador Luiz Fernando Pezão se reuniu com os representantes do MUSPE no Palácio Guanabara e negou todas as reivindicações dos servidores. Segundo ele, o pagamento é prioridade, mas que não havia previsão para quitar os salários de abril, maio e 13º salário de 207 mil servidores. O Governo dependia da aprovação do projeto de lei do Teto de Gastos, colocado em regime de urgência na Alerj, e que foi aprovado no dia 30 de junho.

O limite máximo das despesas obrigatórias dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas, do Ministério Público do Estado e da Defensoria Pública será em 2018 correspondente à despesa obrigatória liquidada no exercício de 2015, com correção de 15,27%. A Lei do Teto de Gastos dos Poderes deixou de fora o Fundo Especial do Tribunal de Justiça. A medida foi aprovada com 49 votos favoráveis, 10 contra e duas abstenções. No mesmo dia, o governador sancionou a Lei.



fotos Anderson Sanchez

Diretoria da ASFA no dia da votação que aumentou a alíquota previdenciária

Pensões vitalícias são revistas

Idade do beneficiário	Tempo de pensão (em anos)
Menos de 21 anos	3
Entre 21 e 26 anos	6
Entre 27 e 29 anos	10
Entre 30 e 40 anos	15
Entre 41 e 43 anos	20
Acima de 44 anos	Vitalícia

Deputados que votaram a favor dos servidores contra o aumento da Previdência

- Bebetó(PDT)
- Bruno Dauaire (PR)
- Carlos Minc (sem partido)
- Comte Bittencourt (PPS)
- Dr. Julianelli(REDE)
- Eliomar Coelho (PSOL)
- Enfermeira Rejane..... (PC do B)
- Flávio Bolsonaro(PSC)
- Flávio Serafini (PSOL)
- Gilberto Palmares(PT)
- Jânio Mendes(PDT)
- Jorge Felipe Neto (DEM)
- Lucinha (PSDB)
- Luiz Paulo(PSDB)
- Marcelo Freixo (PSOL)
- Márcio Pacheco(PSC)
- Martha Rocha(PDT)
- Paulo Ramos (PSOL)
- Samuel Malafaia (DEM)
- Silas Bento (PSDB)
- Tio Carlos(SDD)
- Wagner Montes(PRB)
- Waldeck Carneiro(PT)
- Wanderson Nogueira..... (PSOL)
- Zaqueu Teixeira(PDT)
- Zeidan(PT)



Cláudio Castro / SecomRJ

MUSPE em reunião com o governador Pezão

União deve ao Estado

O Estado do Rio de Janeiro e seus municípios deixaram de arrecadar R\$ 49,2 bilhões entre 1997 e 2015. Nesse período, o Rio recebeu menos de ICMS do que deveria. A Lei Kandir de 1996 prevê a desoneração de produtos primários e semielaborados devido à isenção do imposto sobre itens como óleo de petróleo, minério de ferro, soja, Café e tabaco, que são exportados pelos portos do Estado do Rio de Janeiro.

TRAIADORES

DEPUTADOS QUE APROVARAM O AUMENTO DA PREVIDÊNCIA



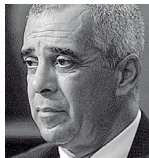
PMDB
ANA PAULA
RECHUAN



PT
ANDRÉ
CECILIANO



DEM
ANDRÉ
CORRÊA



PHS
ARAMIS
BRITO



PMDB
ÁTILA
NUNES



PRB
BENEDITO
ALVES



PMDB
CORONEL
JAIRO



PMDB
DANIELLE
GUERREIRO



PTN
DICA



PP
DIONÍSIO
LINS



DEM
DR.
DEODALTO



PSL
DR.
GOTARDO



PMDB
GERALDO
PUDIM



PSB
GIL
VIANA



PMDB
GUSTAVO
TUTUCA



PSD
IRANILDO
CAMPOS



PMDB
JORGE
PICCIANI



PSDC
JOÃO
PEIXOTO



DEM
MILTON
RANGEL



PR
NIVALDO
MULIM



PMDB
PAULO
MELO



PMDB
RAFAEL
PICCIANI



PR
RENATO
COZZOLINO



PMDB
ROSENVERG
REIS

TRAIADORES

REVIDÊNCIA DE 11% PARA 14%



PRB
CARLOS
MACEDO



PSDB
CARLOS
OSÓRIO



PTN
CHIQUINHO DA
MANGUEIRA



PDT
CIDINHA
CAMPOS



PMDB
EDSON
ALBERTASSI



SDD
FATINHA



PMDB
FÁBIO
SILVA



PTN
GERALDO
MOREIRA



PDT
LUIZ
MARTINS



PT do B
MARCOS
ABRAHÃO



PROS
MARCOS
FIGUEIREDO



PTB
MARCOS
VINÍCIUS



PRB
TIA
JU



PP
ZITO



PP
ZÉ LUIZ
ANCHITE

AUSENTES



DEM
FILIPE SOARES



PMDB
MARCELO SIMÃO



DEM
MARCIA JEOVANI



PHS
MARCOS MULLER

LICENCIADO



PMDB
PEDRO
AUGUSTO

ASFIA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

(fotos Anderson Sanchez)



Um grande protesto contra as Reformas Trabalhista e da Previdência e contra o Governo Temer aconteceu no Centro da Cidade, no dia 15 de março. Servidores da FIA se juntaram a cerca de 20 mil pessoas na Igreja da Candelária, no Centro da Cidade. Além do Ato Público também houve uma paralisação de 24 horas dos bancários e professores da rede estadual, municipal e privada. O Ato Público foi organizado por centrais sindicais, entre elas a UGT (União Geral dos Trabalhadores), a CUT (Central Única dos Trabalhadores), Força Sindical e as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo. Os protestos aconteceram por todo o Brasil e a maior adesão ocorreu em São Paulo com a paralisação de ônibus e do metrô.

PROTESTO NOTICE PEDE REPROVAÇÃO DAS CONTAS DO ESTADO



Servidores públicos protestaram contra a corrupção em frente ao prédio do TCE (Tribunal de Contas do Estado) na Praça da República, no Centro da Cidade, no dia 12 de abril. Servidores da FIA se juntaram a outros manifestantes convocados pelo MUSPE (Movimento Unificado dos Servidores Públicos) para reivindicar a repro-

vação das contas do Governo estadual em 2016. O presidente e quatro conselheiros do TCE foram presos no fim de março após a Operação Quinto do Ouro que investiga desvio de dinheiro público para os membros do TCE durante o governo de Sérgio Cabral. O protesto também foi contra o atraso dos salários.

Protesto e Greve Geral contra Reformas



Outro grande protesto contra a Terceirização, as Reformas Trabalhista e da Previdência, e contra o Governo Michel Temer aconteceu no Centro da Cidade, no dia 28 de abril, junto com uma Greve Geral. Os servidores da FIA se juntaram a outras categorias e realizaram uma passeata da Alerj até a Cinelândia para o Ato Unificado que começou às 17h. Cerca de 30 mil pessoas caminharam pelas ruas do Centro. O trajeto passou pela Igreja da Candelária onde se iniciou um confronto entre jovens que praticam a tática Bloco Negro e policiais militares. Já na Cinelândia, os policiais jogaram bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo para dispersar a multidão mesmo sem confronto. Na região da Lapa, oito ônibus foram incendiados. O dia também foi marcado pela Greve Geral dos trabalhadores. Uma paralisação de 24 horas de várias categorias, onde os bancários e professores da rede estadual, municipal e privada tiveram mais adesão aqui no Rio de Janeiro.

Protesto em Copacabana

Servidores públicos protestaram contra a Corrupção na Polifônica e o Pacote de Maldades do Governo do Estado no dia 21 de maio em frente ao Copacabana Palace, na zona sul da cidade. Os servidores criaram o Painel do Povo onde escreveram um recado para o governador Luiz Fernando Pezão. O Governo ainda não pagou o 13º Salário e o pagamento de Abril só foi depositado para os profissionais da área de Segurança e Educação.



Audiência pública debate soluções para convênios



O então secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Social, atualmente licenciado, Pedro Fernandes, explicou que não pode

estabelecer compromissos sem que possa honrá-los.

A Comissão da Pessoa com Deficiência da Alerj (Assembleia Legislativa) realizou uma audiência pública para debater possíveis soluções para os convênios da FIA (Fundação para Infância e Adolescência) no dia 16 de março. O presidente da Comissão, o deputado Márcio Pacheco (PSC), fez cobranças ao Governo do Estado no sentido de repassar verbas às instituições conveniadas da rede FIA

Alerj debate crise e descaso com inativos

A Diretoria da ASFLIA participou de duas reuniões na Alerj no dia 11 de abril. Na parte da manhã foi realizada uma audiência pública sobre a crise financeira do Estado. Já à tarde o tema foi o atraso no pagamento dos inativos do Serviço Público.

A Ascierj (Associação de Servidores de Controle Interno) e GestRio (Associação dos Gestores Públicos) apresentaram oito propostas alternativas para a superação da crise. As medidas propostas pelas associações serviam como alternativas às contrapartidas exigidas no Plano de Recuperação Fiscal.

A audiência conjunta foi realizada pelas comissões de Economia e de representação para acompanhar o cumprimento das leis, presididas pelos deputados Waldeck Carneiro (PT) e Carlos Minc (sem partido) respectivamente.

Entre as propostas estão um mutirão de cobrança da dívida ativa, que é de R\$ 66 bilhões atualmente, a revisão de alíquotas de ICMS e de incentivos fiscais, e ações que dependem do Governo Federal, como mudanças no Fundo de Participação dos Estados.



DESIGUALDADE

O deputado Flavio Serafini (PSOL) presidiu uma reunião sobre a falta de isonomia no pagamento de salários atrasados pelo Governo do Estado. Algumas categorias estão sendo priorizadas e outras estão pagando só os ativos em detrimento dos inativos.

A reunião serviu para ouvir os servidores aposentados e para articular uma possível ação contra o Estado. O parlamentar cogitou usar o próprio gabinete para acionar o Ministério Público ou a Defensoria Pública para viabilizar a correção dessa injustiça. Os diretores da ASFLIA, Carlos Alberto, Juarenes Peres e Cecília de Lima também participaram do debate.



Reunião com a FIA revela situação crítica

fotos Anderson Sanchez



Reunião resolveu nada. Gestão parada por causa da crise financeira

A ASFLIA reuniu com a presidente da FIA (Fundação para a Infância e a Adolescência), América Tereza, nos dias 15 de fevereiro e 6 de abril. Uma lista de reivindicações foi entregue na primeira reunião.

O presidente da ASFLIA, Rogério Fernandes, lembrou que essa é a mesma pauta de três anos atrás.

— Passaram vários presidentes aqui e nada fizeram. Não teve um item dessa pauta que foi atendido — disse Rogério.

No segundo encontro, a presidente informou que pouca coisa avançou devido à crise financeira do Estado:

— Eu tenho procurado trabalhar o máximo. Dentro do que se pode fazer — explicou América.

O presidente da ASFLIA, Rogério Fernandes, disse que esse Governo não tem a área Social como prioridade.

— A minha experiência sabe que a Secretaria da Fazenda é mais política do que técnica. Quem tem poder de barganha como os servidores da própria Fazenda e da Segurança são prioridade para o Governo. Nós que trabalhamos com o Social, com gente, não somos valorizados — disse Rogério.

PTPA EM RISCO

A diretora da ASFLIA, Clara Timbó, falou sobre a precariedade do PTPA. Apesar de tudo, o Programa ainda não parou porque os responsáveis por cada unidade estão se esforçando muito a ponto de tirar dinheiro do próprio bolso, mesmo com salários atrasados, para viabilizar o treinamento dos adolescentes para o mercado de trabalho.

— Estamos dando um jeito. Mas devemos ter responsabilidade. Isso é sério. O que está em jogo é o nome da

instituição e da própria unidade. Existe um oba-oba e isso é um erro gravíssimo. É uma extrema responsabilidade que temos com esses jovens — desabafou Clara, que também é coordenadora na Unidade Ipanema.

Ainda segundo a diretora da ASFLIA, além de profissionais sem conteúdo para treinar os adolescentes, duas questões precisam ser resolvidas urgentemente. A entrega de material nas unidades e a alimentação para os jovens.

Clara solicitou que a presidente disponibilize um carro para entregar o material das unidades do PTPA. Já em relação à alimentação, disse que é inviável um adolescente em situação de vulnerabilidade ficar três, quatro horas sem comer.

A presidente da FIA disse que vai estudar uma logística para a entrega de material e que se for preciso vai disponibilizar o próprio carro para fazer esse serviço.

O diretor administrativo e financeiro da FIA, Sergio M. Gerligo, disse que o problema da falta de alimentação dos adolescentes deve ser resolvido. Em caráter de emergência, um processo com pedido de empenho deve ser liberado para regularizar essa questão.

A gerente do PTPA, Fabiana Soares, apresentou um panorama do Programa e disse que apesar de toda a dificuldade, apenas as unidades de Niterói e Antares não estão funcionando devido à falta de professores.

O reajuste para o Vale-alimentação também foi solicitado pela ASFLIA e a presidente disse que vai tentar resgatar essa reivindicação da categoria.

A exoneração de algumas técnicas foi questionada. A presidente da FIA falou que alguns casos estão sendo reavistados.

REFLEXÃO

“O momento de esperança”

Vivemos um momento conturbado. Muitas incertezas permeiam nosso cotidiano. Mas é fundamental que esses instantes de dificuldades sejam encarados por nós como uma oportunidade de superar desafios e fortalecer nossa confiança.

Devemos trabalhar, com o intuito de melhorar a sociedade, não pedações de uma sociedade já fragmentada, e sim a sociedade como um todo, de maneira que todos os cidadãos possam ser beneficiados. Esse deve ser o nosso objetivo principal.

Ainda que muitas sejam as pedras no caminho, não devemos nos esquecer que os rios se fortalecem e fazem lindas cachoeiras. Ao galoparem-se contra as rochas, as águas tornam-se mais fortes e guerreiras desviando-se de seus obstáculos e atingindo seus objetivos.

Apenas juntos, apoiando-nos e buscando apoio, preocupando-nos com o bem estar coletivo, poderemos estar menos vulneráveis, mais seguros e mais estimulados para superar esse momento repleto de dúvidas.

O sonho não acabou, seguimos um tanto tristes, temerosos pelo destino da humanidade, que não consegui ainda responder aos seus anseios, tampouco contar com o apoio e a colaboração da sociedade, para pensar caminhos novos.



Cecília de Lima Costa

CARTA ABERTA

Srª Presidente da FIA, atenção!

A Diretoria da ASFIA vem solicitar a V.Sª que coloque em dia os vale-transportes dos servidores para que os mesmos possam ir e vir para o local de trabalho. O servidor fica em uma situação muito complicada sem salário e sem transporte.

PLANFURI

A Diretoria da ASFIA vem comunicar a seus associados que no caso de haver óbitos, deve-se entrar em contato com a Associação nas terças, quartas e quintas-feiras. Caso o infortúnio ocorra nos outros dias da semana, deve-se entrar em contato apenas com a PLANFURI nos seguintes telefones:

2221-6264 / 2222-3131 (Natália)

2590-0010 (Heloísa)

0800-240-010 (24 Horas)

DESFILIAÇÃO

A ASFIA informa que em caso de desfiliação, o servidor pagará 30% da causa nas ações judiciais que forem ganhas e não o valor estabelecido entre a ASFIA e o advogado.

NOTA DE FALECIMENTO

É com muito pesar que a Diretoria da ASFIA comunica o falecimento

**Leni Schmitz Vieira
Vera Monteiro
Vilma Medeiros**

OPINIÃO

Descaso com a História da FIA

O local onde funcionava o Programa História Viva, como explicitamos anteriormente, teve todos os prontuários retirados. O desejo era colocar adolescentes do DEGASE (Departamento Geral de



GILBERTO BOREL

Ações Socioeducativas) naquele espaço, mas não se concretizou. Mesmo assim deixaram os prontuários jogados e falamos com a presidente atual da FIA em uma reunião sobre essa situação. Ela ficou de entrar em contato com a assistente social Neusa Pinto, que elaborou o referido programa. Demorou, mas a assistente social acabou entrando em contato com a presidente, que demonstrou desconhecer os passos que levaram à preservação dos prontuários. Os quais se encontravam de maneira organizada nas prateleiras e hoje estão jo-

gados. Tendo como única perspectiva a perda da História de vida dos egressos da Instituição, perdendo a História da própria FIA.

A presidente falou que mandaria digitalizar todos os prontuários, mas eles são sigilosos. As vidas dessas pessoas não podem ser expostas e os prontuários estão sendo carregados para a Sede da FIA para alguém que não é técnico digitalizá-los.

Está na hora dos poucos profissionais existentes entrarem em contato com os conselhos regionais a fim de ser verificada essa aberração.

Tudo isso tem que ser preservado, mas os dirigentes parecem não ter ou não querer ter essa visão e cada um que chega é pior do que os outros.

*** PERPLEXIDADE ***



O comportamento emitido pela presidente da FIA, América Teresa Nascimento da Silva, causa espanto. Em contato com a servidora estatutária Tereza Cristina da Conceição disse que ela iria participar da Ação Social (que do meu ponto de vista é Partidária). A servidora, então, esclareceu que está sem salário, sem auxílio-transporte e pediu que a presidente fornecesse condições para se transportar e se alimentar. Como a presidente não tinha solução, explanou que a servidora esta se recusando a trabalhar em um final de semana e, passando pelos corredores, bradou que iria transferi-la porque não estava disposta a trabalhar.

Esse comportamento mesquinho e desrespeitoso da Srª Presidente causou perplexidade. Além desse tratamento, o gerente do SOS, Sr. Luiz Henrique Oliveira da Silva foi contatado pela servidora Tereza para solicitar a Licença-Prêmio e este, depois de ir ao diretor do DPS, Sr. Rogério Sant'anna, retornou dizendo que ele iria autorizar o seu requerimento. Mas em seguida, pediu

que a servidora o acompanhasse, pois desejava conversar, mas não conversou. Ele a levou até a gerente do PTPA, Srª Fabiana e comunicou que a servidora Teresa passaria a pertencer ao PTPA a partir daquele momento. A servidora colocou com clareza que não era descartável, mas estatutária e conhecedora dos deveres. Informou que não iria ser transferida daquela maneira. As coisas são feitas de maneira verbal, pois ninguém se compromete com nada e se tem desrespeito total pelos servidores estatutários. Sabemos que muitos extraquadrados foram contratados e não se sabe por onde eles andam! Caráter é uma coisa que não se transforma nas pessoas, pois quanto mais velhos eles estão, mais cristalizados ficam os transtornos.

Sr. Luis... várias vezes emite comportamentos não condizentes. Ele é servidor da Secretaria de Estado de Educação e já deveria ter voltado para lá. Há muito tempo.

Perplexamente,

Gilberto Borel
Escritor/Cantor, Psicólogo
e Vice-presidente da ASFIA



Peres

OPINIÃO

“FMI DOMÉSTICO”

Causou-me profunda indignação ver o projeto de governador do nosso Estado, Luiz Fernando “PIDÃO” se ajoelhar aos pés do golpista palaciano e presidente da República, Henrique (agiota) Meireles, implorando, suplicando, pedindo dinheiro emprestado a juros astronômicos e colocando como garantia a Empresa pública CEDAE, tentando, com isso, impor grande arrocho e golpe fiscal. Não pagando, com isso, os salários daqueles que, durante mais de 30 anos, dedicaram suas vidas em prol deste Estado. E usando ainda uma nova nomenclatura: “Termo de Compromisso” assumido entre ele e o Golpista TEMER, que não manda em nada, constituindo-se em uma figura deplorável e decorativa (apesar de eu considerar Pezão um dissimulado).

Já disse lá no começo deste artigo: quem manda é o Agiota Meireles.

Anos atrás, quando os diretores do FMI (Fundo Monetário Internacional) vinham ao Brasil, eu temia, sofria muito, porque sabia que ia pagar uma conta que não era minha. Hoje, ao contrário do exterior, sofro com o FMD (Fundo Monetário Doméstico), capitaneado pelo golpista e banqueiro (sócio de alguns bancos) Henrique (agiota) Meireles.

Peço, e a maioria quer, o IMPEACHMENT JÁ desse governador chamado PEZÃO.

A NOBREZA E A PLEBEIA

Vejo nas redes sociais, jornais, telejornais, imprensa falada e outros meios de comunicação (até para ficar bem informado) que MARIA ALVES DE SOUZA (nome fictício), negra, pobre, de 23 anos, mãe de três filhos e moradora de uma periferia foi presa em um supermercado, em qualquer lugar deste país.

Furtou um pacote de manteiga de 250 gramas, coisa que recrimino.

Enquanto isso, na Cidade Maravilhosa, um dos lugares mais bonitos do mundo, vejo uma dama da alta sociedade, fazendo parte do JET SET CARIOCA junto com seu marido, DOM SERGIO CORLEONE CABRAL, moradores de uma das áreas mais nobres desta cidade, roubarem MILHÕES e MILHÕES de nosso Estado e pondo, com isso, a vida de servidores, ativos e inativos, em situação de penúria. E fazendo com que estes passem a depender da ajuda de parentes e da doação de cestas básicas para não morrerem de fome, com suas contas atrasadas, passando ainda a humilhação de ter água, luz e telefone cortados.

Mas, como nesse País tem “JUSTIÇA”, o nobre casal foi colocado na cadeia, como os senhores já sabem. Eis, então, que surge uma magistrada, passando temporada na Cidade Luz (Paris) – provavelmente hospedada em apartamento do casal – que concede à NOBRE DAMA a prisão domiciliar, ou seja, a regalia de cumprir pena junto com seus bebês (coitadinhos).

Enquanto isso, dona Maria, que citei lá no início do texto, vive amargando numa pequena cela, provavelmente superlotada, até que seja definida a sentença dela (se é que haverá julgamento), pois a moça da periferia não tem advogado, não conhece nenhuma magistrada, não usa sapatos da marca LOUBOTIN (R\$ 18 mil!) e nunca foi a Paris.

“Eta justicinha brasileira”

“Será que existe justiça no Brasil”

“Desculpem, vou parar por aqui, senão este plebeu pira”

Vergonha Nacional

**Os 4 a 3 foi
mais vergonhoso
do que os 7 a 1**

**Dia da
Vergonha Nacional
9 de Junho de 2017
Após esta data vou
passar a escrever a palavra
Brasil com letras
minúsculas**

O FATOR SÓCIO

Sei que alguns associados (uma minoria) pertencentes a esta instituição classista se questionam alegando que a ASFLIA não faz nada em prol da categoria.

Vale lembrar que há muito tempo a Associação vem quebrando lanças para poder dar o melhor para o seu quadro associativo.

E como recordar é viver, vou citar aqui algumas conquistas que a instituição conseguiu no intuito de rememorar ao sócio:

- Em 2004, conseguimos resgatar o “FGTS”

para a maioria dos associados, uma vez que infelizmente alguns se apressaram e fizeram acordo com o Governo (leia-se CEF), onde perderam dinheiro, é claro;

- Em 2006, a ASFLIA conseguiu através da Diretoria e com muitas passeatas e assembleias, com o apoio da categoria é claro, o tão sonhado Plano de Cargos e Salários, fazendo com que nossos proventos tivessem uma grande melhoria;

- Após o Plano de Cargos e Salários, conseguimos vários reajustes anuais, culminando com o reajuste de 12% em 2014.

Tudo isto sem falar dos bens adquiridos que são duas salas para que os associados desfrutem de um espaço melhor para serem atendidos. Se o sócio da ASFLIA entendeu que não se faz aquilo que ele pretende é porque as coisas não são tão fáceis assim, como alguns gostariam apesar de termos nos esforçados hercullamente.

**Portanto, é melhor ter uma
Associação do que ficar sem ela.**

ELEIÇÕES 2017

A ASFIA deu início ao processo eleitoral para o biênio 2017-2019. A Assembleia Geral foi realizada no dia 28 de junho na sede da ASFIA, no Centro da Cidade do Rio de Janeiro. O regimento eleitoral com o calendário foi aprovado por unanimidade.

As inscrições das chapas que pretendem concorrer ao pleito serão aceitas entre os dias 17 e 20 de julho na sede da ASFIA na Av. Marechal Floriano, 199 - Sala 901, no Centro da Cidade.

A propaganda eleitoral será efetuada de 21 de julho até 1º de agosto. Por fim, a Assembleia Eleitoral será realizada no dia 2 de agosto com a votação, apuração e posse da chapa vencedora, na sede da FIA, em Botafogo, Zona Sul da cidade.

A Comissão eleitoral também foi eleita e será composta por Luzia dos Santos, Regina Damasceno, Suenise Tavares, Tania Regina e Vera Bahia.

Maria das Graças, membro do Conselho Fiscal, apresentou detalhadamente a prestação de contas. O parecer pela aprovação das contas também foi por unanimidade.

Os informes gerais foram apresentados. A questão do atraso no pagamento dos salários ganhou destaque.



As Memes na Internet



O primeiro presidente denunciado por crime comum em pleno mandato Michel Temer, tentou censurar a produção de memes com a imagem dele. Em homenagem a esses criativos profissionais, reproduzimos alguns dos posts humorísticos que bombaram na Internet.

